



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08238860520178205001

**MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADEMILSO DOS SANTOS CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue.

A parte autora equivoca-se totalmente nos argumentos da petição ID **61458117 - Comunicações (Manifestação)**, com a devida vênia. Por óbvio, não merece prosperar a argumentação do patrono de que *“o Recurso da Ré fora improvido e a Turma Recursal Majorou os honorários para 15%, portanto, como a Ré não obteve sucesso em seu Recurso, não faz jus á sucumbência, pois, o Recurso, substitui a decisão de primeiro grau”*.

Em verdade, o recurso foi improvido e **EXPRESSAMENTE** determinou que a sentença deverá ser **MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS**, vejamos:

“Face ao exposto, em consonância com o parecer da 17ª Procuradoria de Justiça, conheço do recurso e lhe nego provimento, **para manter a sentença em todos os seus termos**, majorando os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, segundo os ditames do art. 85, §11 do CPC” (grifos nossos)”

Por óbvio, o fato de o réu não ganhar o recurso não muda a situação de **SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA de uma sentença válida que foi mantida**. Ora, se o recurso não foi provido e a sentença foi mantida, mantida está a sucumbência, claramente!!! Apenas mudaria se a parte autora tivesse ingressado com recurso para modificar a sucumbência determinada e tivesse alcançado provimento, o que não é o caso. Desta forma, **resta EVIDENTE que o pagamento foi feito nos exatos termos, respeitando a sucumbência determinada em sentença, que, frisa-se, foi MANTIDA.**

A única modificação feita pelo conteúdo do acórdão foi para majorar os honorários de 10% para 15%, o que foi feito no momento do pagamento, contudo observando a determinação de **“mantida a sentença em todos os seus termos”**, ou seja, **mantida a sucumbência determinada, de modo que o patrono da parte contrária faz jus apenas ao percentual de 7,5%.**

**Resta evidente que o patrono equivoca-se em sua argumentação, eis que a redação do acórdão é clara! Ora, se discordou da sucumbência recíproca determinada em sentença, deveria ter recorrido, porém não fez. Deste modo, requer seja prolatada sentença de extinção, nos termos do art. 924, II, CPC.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 20 de outubro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**  
**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**